

Gestão de Cidades: A Participação na Construção de Políticas Públicas e o Processo de Aprendizagem Individual e Coletiva

Autoria: Silvia Gattai, Luiz Roberto Alves

RESUMO

O artigo busca analisar a relação entre a participação da sociedade civil na construção de políticas públicas em pequenas cidades brasileiras e o processo de aprendizagem individual e coletiva oriundos dessa participação. Do mesmo modo, demonstra o processo de construção do Plano Diretor de Joanópolis, pequena estância termal paulista, tendo como objetivo aprofundar o campo de estudos sobre o processo de formação de uma consciência de cidadania que possibilite o exercício pleno do poder civil na gestão da cidade. A escolha desse município reside na oportunidade que a Cátedra de Cidades da Universidade Metodista de São Paulo teve de assessorar o município de Joanópolis no desenvolvimento do seu Plano Diretor Participativo, com o patrocínio do CNPq e do Ministério das Cidades. O projeto da Cátedra foi escolhido em concurso público nacional. No interior dessa pesquisa, encontra-se um processo de educatividade social que exige dos pesquisadores o estudo de conjuntos de atores de pequenas cidades brasileiras (representativas de milhares de outras) como fenômeno e valor para a melhor compreensão dos modos de intercâmbio de sentidos educativo-culturais e dos processos de inserção das comunidades em geografias ampliadas. Trabalho urgente das ciências sociais aplicadas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende ser capaz de descrever, sem ser exaustivo, um caso de participação da população na construção de políticas públicas para uma pequena cidade paulista. Ao fazer essa descrição busca compreender as principais características da participação da população e encontrar pontos de partida, tanto sobre o processo de aprendizagem individual e coletivo, como sobre um método socioeducativo facilitador da mobilização e participação, que possa ser utilizado em outras pequenas cidades brasileiras. A análise utiliza-se de conceitos do campo das ciências sociais aplicadas, como a Administração, a Sociologia e a Pedagogia.

Um aspecto central na análise das características da gestão das pequenas cidades brasileiras é a assimetria de poder (FISCHER, 2002) existente no processo de governança dessas cidades. É importante lembrar que o poder local nas cidades é composto pelo poder político, ou seja, o prefeito, a câmara dos vereadores, as secretarias e outros órgãos da prefeitura local; pelo poder econômico, integrado pelas empresas locais que prestam serviços à prefeitura da cidade, pelas construtoras que utilizam o território da cidade para realização de seu negócio, pelas concessionárias de transporte e, finalmente, pelo poder social que se compõe da classe dominante ou elite e pelas comunidades pobres das periferias da cidade, (DANIEL, 1988). Várias cidades brasileiras possuem uma gestão que integra de forma equitativa os três poderes e como resultado observa-se uma cidade mais justa para todos que nela habitam. Entretanto, a maior parte das cidades, no Brasil, ainda é governada sem que haja um equilíbrio de forças entre os poderes. Geralmente, exercem o poder, os políticos, o poder econômico e as elites e essas, na maior parte dos casos, também compõe o poder político, estando as comunidades pobres e as periferias distantes da composição do poder (DANIEL, 1988). Uma indagação que se faz aqui diz respeito às razões dessa assimetria de poder, é importante refletir sobre os fatores que dificultam às comunidades mais pobres das pequenas cidades participarem na disputa pelo território dessas

idades. Nos espaços públicos, essas comunidades podem mobilizar-se, exigir seus direitos, atuar para fazer valer seus interesses e disputar com outros grupos sociais e outros poderes as prioridades na distribuição das verbas da cidade. Entretanto, tal movimento raramente ocorre nas pequenas cidades. Como resultado, as políticas públicas geradas geralmente desconsideram os interesses e necessidades dessa parte da sociedade. O Estatuto das Cidades (Projeto de Lei n. 5.788/90), aprovado em julho de 2001 (Lei Federal n. 10.527 de 10/07/2001) criou alguns mecanismos para estimular a participação da sociedade civil na gestão da cidade. Nos termos dos incisos II e III do parágrafo 4 do artigo 42, o Poder Público Municipal deve assegurar a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos e o acesso de qualquer pessoa interessada a esses documentos e informações (ESTATUTO DA CIDADE, p. 51), entretanto a população não se apropria desses canais de participação. Existem poucas cidades brasileiras que podem ser apresentadas como exemplos de apropriação, pela sua população, dos espaços de participação, disponibilizados por lei, para que exija seus direitos, influenciando assim na construção de políticas públicas mais integradas e que considerem todos os grupos sociais existentes na cidade.

No Brasil, não há uma cultura de participação em espaços públicos, o cidadão comum, tanto das pequenas, como das médias e grandes cidades não está habituado a exercer o seu poder civil e interferir assim na política de sua cidade, estado e país. Nesse contexto, surge uma outra indagação que diz respeito à natureza de um processo de desenvolvimento ou aprendizagem individual que propicie condições às pessoas de exercício de seus direitos como moradoras da cidade e cidadãs; uma consciência de seu poder enquanto parte da sociedade civil local. O presente trabalho busca analisar variáveis relacionadas à participação individual na construção de políticas públicas e, por meio dessa análise, compreender o processo de aprendizagem, fruto de tal participação. Busca também, apresentar princípios e conceitos de uma metodologia socioeducativa que acelere o processo de amadurecimento da sociedade civil como um todo e dos indivíduos que a compõem, de forma que esta ocupe plenamente os espaços públicos que pode e deve ocupar. Para efeito de análise é apresentado e descrito, em linhas gerais, o processo de construção do Plano Diretor Participativo de Joanópolis, que teve a participação de pesquisadores de Universidades em projetos selecionados em concorrência pública: MCT/MCidades/CNPq n.º. 060/2005 - Seleção Pública de Propostas para Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana/ Apoio a Elaboração de Planos Diretores Participativos. O projeto teve como objetivo o acompanhamento pela universidade das atividades de concepção, elaboração, capacitação, execução, acompanhamento, avaliação e revisão do Plano Diretor Participativo, promovendo o planejamento e a gestão participativa territorial e urbana e trazendo uma contribuição ao desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável dos municípios brasileiros de acordo com o Estatuto das Cidades. (Edital MCT/Mcidades/CNPq, 2005).

Após o processo de elaboração do PDP de Joanópolis no qual os autores desse artigo participaram, foram realizadas 11 entrevistas com membros da sociedade civil do município e, com base na interpretação analítica das mesmas, foi possível definir algumas categorias de explicação sobre a percepção que os entrevistados tiveram de sua participação e dos benefícios da mesma. Chegou-se assim às seguintes categorias: 1. A consciência do território referindo-se à visão de espaço, lugar, propriedade, do bem comum e do privado. 2. A memória da experiência que é a observação do tempo, mudanças e manutenções. 3. A temporalidade e como ela se associa ao espaço do território. 4. Os impactos do novo e do permanente relacionados às idéias de valor, de moralidade, de ética. 5. Os impasses entre a necessidade e o desejo para a vida pessoal e comunitária, público e privado.

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A educação é uma das variáveis fundamentais para acelerar o processo de desenvolvimento das cidades (SOUZA, 1998). O estudo de experiências bem sucedidas em diferentes cidades da América do Sul abordando a participação da população em processos de construção de uma cidade mais justa para se viver (KLIKSBERG, 2002), aponta para dois fatores importantes, estabelecendo umnexo causal entre os dois e o nível de desenvolvimento social e econômico dessas cidades de diferentes países latino americanos. Por um lado, o próprio movimento de participação gera o desenvolvimento de uma consciência de pertencimento ao lugar e de empoderamento nas pessoas e grupos, fatores necessários para o surgimento de uma consciência de cidadania. Por outro lado, discute fatores culturais já existentes nesses grupos, com valores fortes relacionados à cooperação entre indivíduos, existência de uma confiança mútua, comportamentos positivos e de colaboração com o outro em atividades conjuntas, (KLIKSBERG, 2002). É importante então refletir sobre quais os componentes culturais que levam a uma participação maior e criam um capital social (PUTNAM, 2000) e sobre como se dá o processo de educação durante a participação. A análise de um processo educativo que seja capaz de trazer à consciência dos indivíduos esses valores culturais frutos de uma história nacional. São valores aos quais as pessoas estão presas não individualmente, mas como parte de uma coletividade, e que geraram um mito de que não são capazes de modificar a realidade (CHAUI, 2005).

Ao se analisar o processo socioeducativo presente na participação da população na construção de políticas públicas, buscam-se pressupostos pedagógicos que falem sobre uma educação problematizadora, como aquela que possibilita a transformação da realidade e do educador, como a que é capaz de auxiliar o educando a problematizar a realidade e a destruir os mitos. Utiliza-se uma abordagem do processo de educação que visa à transformação da realidade, trazendo a idéia de temas geradores que são fundamentais na vida dos indivíduos que vivenciam tal realidade (FREIRE, 2005).¹

Os conceitos relacionados à educação problematizadora têm como ponto de partida o caráter histórico do ser humano. Os seres humanos se sabem inacabados, inconclusos, e nesta característica se encontram as raízes da educação como atividade humana. A educação que reforça a mudança é revolucionária, é um “que fazer” permanente.²

A educação bancária enfatiza a percepção fatalista, e a educação problematizadora propõe ao educando a situação como problema a ser resolvido. A principal característica do diálogo é a palavra, e seus elementos são a ação e a reflexão. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Ao se dizer a palavra verdadeira, transforma-se a realidade. A ação pela ação, sem palavra, é ativismo e impossibilita o diálogo. “Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo” (FREIRE, 2005, p. 72).

Paulo Freire (2005) aproxima-se da explicação de Arendt (2005) sobre a participação do indivíduo no espaço público ao afirmar que, ao pronunciar o mundo, o ser humano o problematiza, o que exige do sujeito uma nova pronúncia. A palavra verdadeira é trabalho, práxis, ação e reflexão e é um direito de todos os seres humanos.

O diálogo é o encontro dos homens para pronunciar o mundo. Não é possível o diálogo entre os que querem prescrever o mundo para o outro e os que querem pronunciar o mundo. Diálogo é uma exigência existencial que possibilita o pronunciamento sobre o mundo e a sua transformação. Não é uma troca de idéias, nem discussão polêmica, é encontro de homens e mulheres que pronunciam o mundo. É um ato de criação que leva à conquista do mundo (FREIRE, 2005).³

A participação nesse diálogo transformador deflagra um processo, em cada uma dessas pessoas, de melhoria crescente em sua auto-estima e um sentimento de pertencimento ao grupo que empodera cada participante (BORDIEU, 2004) possibilitando a potencialização da ação de

cada um, (SAWAIA, 2001). Em outras palavras, cria condições para que exista uma educação libertadora do ser humano o que significa promover o encontro e o diálogo entre pessoas, promover a participação de cada um. Esse movimento, ao longo do tempo, fortalece cada indivíduo e o grupo envolvidos no diálogo, gerando um sentimento de pertencimento e possibilitando a transformação da realidade (SANTOS, 1998).⁴

A participação individual nessas situações dialógicas transforma intuições e sentimentos desorganizados numa linguagem falada, que se constrói, a medida que é expressa pela pessoa nas rodas de conversa. O principal instrumento do ser humano para transformar a realidade é a palavra. O ser humano é diferente dos outros animais porque utiliza a palavra como instrumento e como consequência, surgem comportamentos caracteristicamente humanos. (FREIRE, 2005; VYGOTISKY, 1998). O ser humano, em primeiro lugar, fala para contatar outros seres humanos, portanto a fala tem inicialmente uma função de socialização e, num segundo momento, funciona como uma organizadora do pensamento que pode ser anterior a fala, mas é desestruturado, intuitivo, rudimentar, (VYGOTISKY, 1998). Para o autor, a memória indireta também ocorre porque o ser humano usa palavras e tem a linguagem. O processo de desenvolvimento do ser humano é complexo, dialético e de origem sociocultural e os signos fazem uma mediação no comportamento, na comunicação e na memorização dos humanos. O desenvolvimento se transforma de biológico em sócio-histórico e nesse último processo é influenciado pela sociedade com suas características, (VYGOTISKY, 1998). No desenvolvimento intelectual do ser humano, se considera a formação de conceitos que não é consequência da associação entre palavras e objetos, mas de um processo cognitivo que abstrai de um grupo de coisas ou situações certas características e, a partir daí, sintetiza e utiliza as palavras como símbolos. Portanto a formação de conceitos é uma abstração. Os conceitos podem ser aprendidos a partir do cotidiano do indivíduo, ou seja, ele age, observa, decide, etc e forma sínteses mentais (conceitos) que depois utiliza para estruturar seu pensamento e analisar a realidade. Outra forma de aprender conceitos é por meio de processos de educação escolar, nesse processo o indivíduo aprende relacionando, combinando conceitos. No primeiro processo, o conceito surge a partir de situações concreta do cotidiano do indivíduo e no segundo, da mediação entre conceitos. (VYGOTISKY, 1998).

Para o autor, o pensamento utiliza as palavras e ocorre por meio delas e o desenvolvimento das estruturas intelectuais se realiza, principalmente, através do pensamento verbal. O desenvolvimento se baseia na linguagem e seu aspecto mais importante é o significado da palavra. A linguagem, para o autor tem uma função de organizar o pensamento e a mente. Desta forma, as estruturas intelectuais são sistematicamente reestruturadas pelo contato social, para o qual a presença da palavra é fundamental.

Com base nos pontos de partida conceituais de Vygotsky (1998) e Freire (2005) pode-se concluir que a fala é um instrumento fundamental para o domínio da linguagem e essa, por sua vez, influi decisivamente no desenvolvimento do pensamento verbal.

É possível afirmar que a mente humana é o ponto fundamental da aprendizagem individual e a coletividade é o espaço de aprendizagem individual.

Um processo de aprendizagem e de uma educação libertadores que possibilite aos indivíduos, modificarem sua percepção de si mesmos e da realidade, empoderando-os para que exerçam seus direitos no espaço da cidade, cria, ao longo do tempo, uma cultura de participação com valores de confiança em si mesmo e no outro, cooperação, vontade de agir coletivamente para transformar a realidade (PUTNAM, 2000; KLIKSBERG, 2002). Essa cultura é necessária para mudar os rumos históricos de desenvolvimento social, político e econômico não somente da cidade, mas do país. (KLIKSBERG, 2002).⁵

2. A CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO EM JOANÓPOLIS

Durante o desenvolvimento do PDP, a equipe de pesquisadores da Universidade participa apresentando pressupostos teóricos e metodológicos, bem como recursos e técnicas de preparação da população do município para que participasse ativamente no processo.

São nitidamente observados dois momentos no método de pesquisa para esse trabalho. No primeiro momento, há uma atuação direta no planejamento do processo para participação da população no desenvolvimento e execução do PDP e na sua realização, de acordo com as diretrizes do Edital MCT/Mcidades/CNPq, 2005.⁶

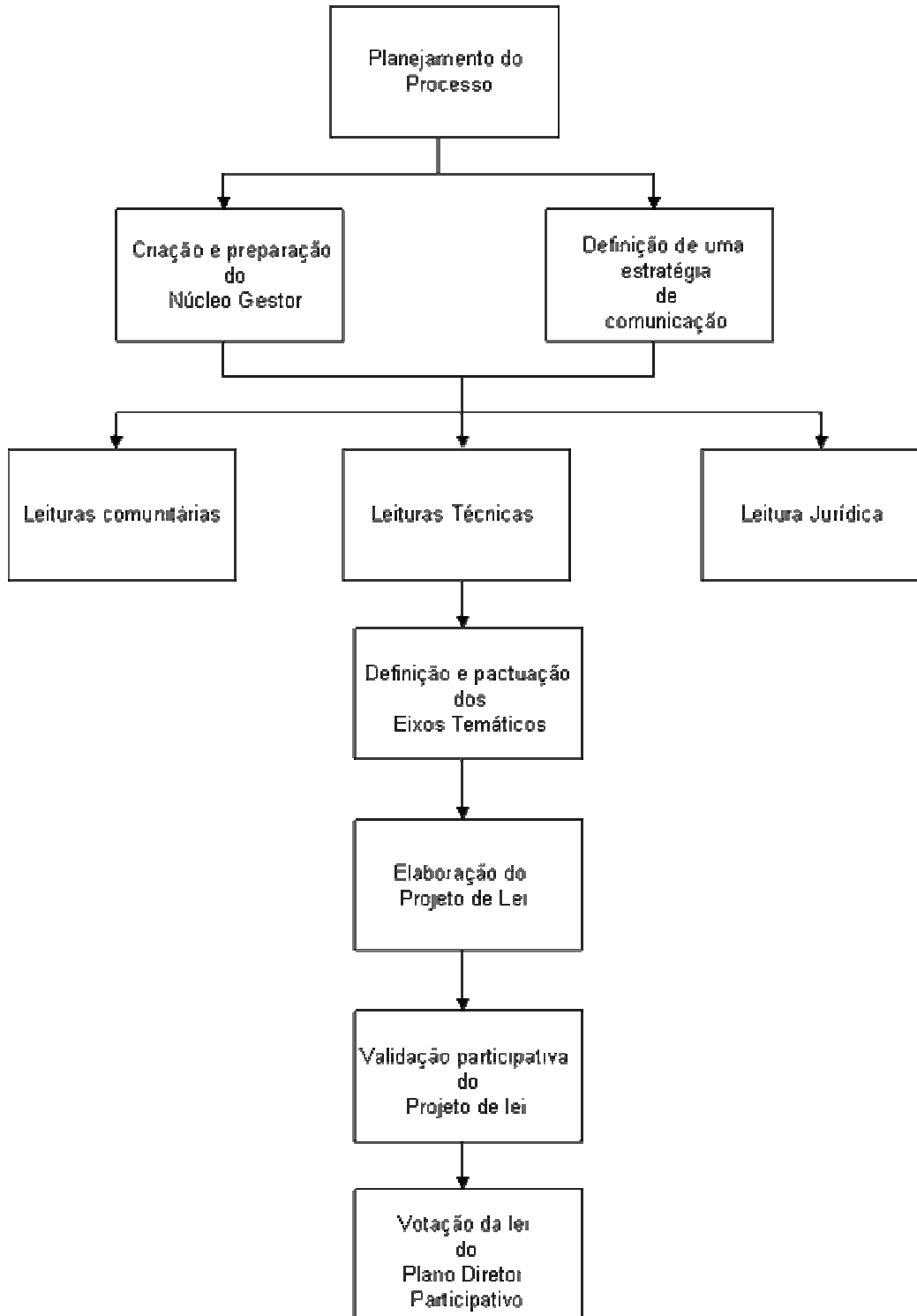
Num segundo momento, são realizadas entrevistas com moradores do município e com participantes do Núcleo Gestor, buscando informações sobre o processo de aprendizagem e mudança.

2.1. Caracterização do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Joanópolis

A fase inicial de planejamento que durou em torno de três meses, obteve como principais resultados o esclarecimento das responsabilidades de todas as partes envolvidas: Prefeitura, Núcleo Gestor, Universidade; a elaboração de um cronograma de atividades do processo de construção do PDP, com responsáveis por atividades. Esse planejamento orientou-se pelos conceitos e propostas do projeto apresentado e aprovado pelo CNPq.

Na fase de elaboração do PDP, o papel da equipe de pesquisadores foi de acompanhar e observar o processo; planejar em conjunto com a Prefeitura as várias fases buscando um consenso sobre objetivos e características de cada uma, de acordo com os princípios teóricos e metodológicos acordados durante o planejamento inicial; disponibilizar recursos e técnicas de divulgação e comunicação com a população e processos de preparação da população.

PLANEJAMENTO DO PDP DE JOANÓPOLIS FASES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO



2.2 O Núcleo Gestor

O projeto teve como um dos aspectos centrais a proposta de criação de um Núcleo Gestor como um grupo diretamente responsável pela preparação, pela condução e pelo monitoramento do processo de construção do PDP.

O Núcleo Gestor foi formado no início do processo de construção do PDP, após o primeiro fórum público promovido pela Prefeitura, no qual foi realizada apresentação sobre características do PDP e os presentes foram convidados a se oferecerem para participar no Núcleo. A esse fórum compareceram cerca de oitenta moradores de Joanópolis, entre eles o Prefeito, alguns vereadores, secretários e secretárias da Prefeitura e representantes de diferentes segmentos da sociedade local

O Núcleo Gestor foi empossado por decreto municipal número 2101 de 02 de maio de 2006, após definição em fórum público na Câmara dos Vereadores de Joanópolis sobre sua composição. Constitui-se com nove participantes regulares que estiveram presentes em quase todas as reuniões do Núcleo. Desse total de participantes, 5 eram representantes das elites sociais do município; 3 eram representantes das classes populares; 1 representante do poder político. Assim, ocorreu uma assimetria quantitativa entre representação das comunidades pobres que tinham apenas três representantes e elites representadas por seis participantes no Núcleo Gestor. A Prefeitura de Joanópolis foi representada no Núcleo Gestor pela ONG Terceira Via, que também assumiu a coordenação do Núcleo.

O Núcleo Gestor foi capacitado para atuar com a colaboração do Instituto Polis, num curso que durou dezesseis horas, realizado em Joanópolis. Nesse curso, os membros tiveram a oportunidade de tomar contato com as características do Estatuto da Cidade; analisar o processo de elaboração do PDP; discutir os critérios para elaboração de um cronograma de encontros e, finalmente, os papéis e responsabilidades de seus componentes. Ao longo de quatro meses, o Núcleo Gestor reuniu-se oito vezes e, após a Conferência da Cidade para votação do projeto de Lei sobre o Plano Diretor, ocorreram mais duas reuniões. Seus integrantes foram os responsáveis pela realização das reuniões de leitura comunitária na cidade de Joanópolis.

2.3 A estratégia de comunicação

As atividades de comunicação, entendendo-se aqui tanto as de divulgação como as de educação, deveriam acompanhar todo o desenvolvimento do PDP. Nesse sentido, foi elaborado um cronograma de atividades de divulgação e comunicação com a população.⁷

Buscaram-se recursos de divulgação mais adequados às características da população e, neste sentido, a compreensão das características da cultura popular como um meio para expressão dos conceitos e informações sobre o Plano Diretor.

Um aspecto do processo de comunicação projetado para Joanópolis foi que um de seus resultados intermediários seria o nivelamento dos conhecimentos a respeito da cidade e as possibilidades de intervenção no seu território.

Discutiu-se nas reuniões de planejamento a importância de anunciar publicamente à população o lançamento do PDP. Também se aventou a possibilidade de valorizar a produção cultural da cidade, utilizando suas festas, datas comemorativas, figuras folclóricas, grupos populares, música e dança para divulgação do início dos trabalhos do PDP.

Ao longo do processo de execução do PDP, as atividades de comunicação com a população para divulgação do PDP e sensibilização da população para participação nos eventos de construção do Plano foram basicamente mensagens veiculadas por faixas espalhadas pela

cidade, distribuição de folhetos com informações sobre o Plano em escolas e nas casas da zona urbana da cidade, mensagens sobre o Plano Diretor inseridas na programação da rádio da cidade e algumas peças de comunicação oral com carro de som. Foi também realizado um primeiro Fórum de Lançamento do PDP na Câmara dos Vereadores ao qual compareceram em torno de oitenta pessoas.

Durante a fase de realização das leituras comunitárias também foram distribuídas cartilhas, escritas pelo Instituto Polis, sobre a participação da população na elaboração do Plano Diretor. Este tipo de divulgação alcançou a população da região urbana do município. Como Joanópolis possui uma zona rural bastante extensa, onde habitam 30% da população e nela a divulgação através de material escrito e rádio não tem penetração, não chega até as pessoas, foram feitas algumas visitas às casas de seus habitantes e, nesses momentos, o entrevistador convidou os moradores a participarem das reuniões de leitura comunitária.

Além das atividades de divulgação de eventos, foram realizadas várias matérias no jornal da cidade apresentação de resultados do processo. O segundo fórum foi um evento organizado para divulgação e discussão das questões levantadas durante as leituras comunitárias.

2.4 Leituras comunitárias

O diálogo entre pesquisadores, Prefeito e seus assessores visando um entendimento, consenso e planejamento das leituras comunitárias ocorreram em duas reuniões. Nesse momento foi bastante enfatizado que a leitura comunitária teria como objetivos, por um lado, iniciar o processo de preparação da população nos temas do planejamento da cidade e, por outro lado, a educação dos moradores da cidade como cidadãos com direitos a serem respeitados.

Ocorreram em torno de vinte reuniões de leitura comunitária, algumas por temas específicos como turismo, comércio e indústria, uso e ocupação do solo, patrimônio histórico e cultural e desenvolvimento rural. Nas reuniões organizadas por temas específicos estiveram presentes representantes do turismo, comerciantes, arquitetos e proprietários de imobiliárias, representando basicamente as elites do município e o poder econômico. Não participaram dessas reuniões representantes das comunidades mais pobres, como dos bairros periféricos ou rurais. Nas reuniões ocorridas nos bairros: Lagoa, Piúca, Moenda, Paiol Grande, bairro da Cachoeira, Chão Caipira, Vila Sanchez e Can-Can, houve uma representação das comunidades da periferia do município e da zona rural.

Todas as reuniões de leitura comunitária foram registradas em atas que foram enviadas aos participantes de cada reunião. Cada reunião de leitura comunitária foi conduzida por um membro do Núcleo Gestor, que se encarregou de divulgá-la e convidar pessoas para participarem. A técnica de condução utilizada foi a exposição dialogada: o facilitador da reunião abriu a discussão explicando por que estavam todos reunidos naquele momento, colocando perguntas sobre como as pessoas presentes percebiam Joanópolis e como gostariam que ela fosse no futuro e foi registrando as observações. Com esse procedimento, foi possível definir algumas grandes linhas de percepção da cidade, os eixos temáticos. Lembra-se aqui que a Prefeitura esteve representada em todas as reuniões de leitura comunitária pela ONG Terceira Via que se encarregou de elaborar a ata da reunião e distribuí-la aos participantes do Núcleo Gestor. Nas leituras comunitárias, participaram aproximadamente entre cem e duzentas pessoas, distribuídas pelas várias reuniões de leitura comunitária, número que corresponde a uma porcentagem de 1% a 2% da população de Joanópolis.

3. ANÁLISE DAS ENTREVISTA E REFLEXÕES INDIVIDUAIS SOBRE O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PDP

A análise das entrevistas realizadas com moradores e participantes do Núcleo Gestor, após o encaminhamento do projeto de lei do PDP à Câmara dos Vereadores do município, com vistas a uma compreensão de características do processo de aprendizagem ocorrido como resultado da participação na elaboração do PDP, possibilitou a elaboração de algumas categorias de análise das respostas dos entrevistados às perguntas. As perguntas abertas abordaram a percepção dos entrevistados sobre sua participação no processo de elaboração do PDP; a importância para cada entrevistado de sua participação no processo; a história política da cidade e a influência do PDP no curso dessa história; a presença das reivindicações e sugestões de seu grupo ou comunidade transformadas em parágrafos do projeto de lei do PDP. As categorias encontradas foram: consciência do território, importante para desenvolvimento de um senso de cidadania, sentimento de pertencimento a um bairro, comunidade, grupo (BORDIEU, 2004; KLIKSBERG, 2002); a memória da experiência, como indicador da aprendizagem de participar num espaço público como sociedade civil organizada (VYGOTSKY, 1998); o impacto do novo ou do permanente, como possibilidade de mudança no território como fruto de sua participação no processo de discussão sobre o futuro da cidade; os impasses entre a necessidade e o desejo, no sentido do desenvolvimento da percepção do que é público e do que é privado.

3.1 A consciência do território

Uma primeira conclusão que é possível tirar a partir da análise das entrevistas com participantes do Núcleo Gestor e também com moradores de Joanópolis que participaram em leituras comunitárias e nas Conferências da Cidade diz respeito à visão de espaço, lugar, propriedade, do bem comum e do privado. São encontradas diferentes visões do território, originadas a partir da comunidade à qual o indivíduo pertence e dos interesses econômicos, sociais e políticos relacionados a cada comunidade.

A posse e a infra-estrutura do território são vistas pelos moradores das comunidades rurais como um fator de equilíbrio econômico e social para cada membro da comunidade e para o conjunto de seus integrantes (CÂNDIDO, 2001), ou seja, os moradores desejam permanecer em suas terras, pois entendem que é delas que podem tirar o seu sustento, garantir sua sobrevivência e de suas famílias, mas entendem que necessitam articular-se com outros moradores do bairro rural no qual habitam para conseguirem melhorias estruturais como tratamento do esgoto, transporte coletivo, asfalto das principais vias de acesso aos bairros rurais. Ao participarem nas leituras comunitárias e nas entrevistas, trazem tal necessidade das benfeitorias necessárias para que possam continuar vivendo da exploração da agricultura, mas com algumas “modernidades” infra-estruturais que permitem sua permanência na zona rural. Há nessas expressões um sentimento de empoderamento (BORDIEU, 2004) dos habitantes com relação ao que podem fazer para melhorar a qualidade de vida em suas comunidades.

Há várias óticas de visão entre os moradores das comunidades urbanas sobre a ocupação e utilização das regiões do município. Existe uma visão de que o desenvolvimento econômico do município deve estar vinculado às características naturais do território, ou seja, o município possui montanhas, clima temperado, lençóis freáticos, vários rios, nascentes e cachoeiras que, segundo os membros das comunidades urbanas, são características propícias à pequena agricultura, que foi, durante boa parte da história do município, sua principal forma de subsistência.

Um outro ponto de desenvolvimento do município para esse grupo é o turismo que já representa um ramo economicamente forte e que deveria ser mais desenvolvido. Para essa parte da população, a instalação de indústrias poderá definitivamente mudar as características do município, trazendo a ameaça da poluição das águas e arrancando o pequeno agricultor da zona

rural, na qual ele, segundo uma das entrevistadas, para sempre deveria ficar, pois lá estão suas raízes e o ambiente onde ele melhor sabe trabalhar. Sua preocupação maior na elaboração do projeto de lei do PDP foi de influenciar na proposta de artigos que preservassem o território do município quanto à sua utilização como zonas industriais, de forma que as leis municipais impeçam a construção de indústrias em Joanópolis.

Representantes de outras comunidades urbanas, moradores em loteamentos clandestinos, localizados em regiões limítrofes entre as zonas urbana e rural vêm a posse do território no qual habitam como um fator apenas de estabilidade social.

Pessoas que inicialmente eram moradores das regiões rurais e que, por não conseguirem mais se sustentar a partir da agricultura, vieram para regiões próximas do centro de Joanópolis e aí construíram suas casas, formando bairros nos quais vivem em condições de vida muito pobres, ganhando o mínimo necessário para sobreviver e vivendo com níveis mínimos de alimentação, de habitação, de acesso à saúde, à escola (CÂNDIDO, 2001). Sua participação na elaboração do Plano Diretor pautou-se pela busca de legalização desses bairros e pela definição de territórios nos quais é possível desenvolver indústrias, sem que seja preciso destruir as riquezas naturais de Joanópolis, de forma que eles próprios e seus filhos, possam trabalhar na cidade e não tenham que abandoná-la para buscar possibilidades de trabalho em outros lugares fora do município.

Há um grupo das elites econômico-sociais do município cuja visão do espaço é orientada por um pensamento histórico e estético, preocupam-se com os imóveis do centro da cidade que necessitam de tombamento para que suas fachadas não sejam descaracterizadas e assim Joanópolis mantenha suas construções históricas e características de suas origens. Entendem também que as belezas naturais devam ser preservadas, pois vários são donos de imobiliárias que trabalham com imóveis de alto padrão na zona rural para residências de férias de quem mora em São Paulo, assim, a preservação das características naturais do território é um fator de estabilidade econômica para seus integrantes. Não há uma preocupação imperiosa com a posse da terra ou as melhorias possíveis de serem realizadas para que seja habitada dignamente, como nos grupos anteriormente descritos.

3.2 A memória da experiência

Outra categoria de análise das entrevistas é relacionada com a questão da memória da experiência. Aqui se observa o tempo, mudanças e manutenções. O tempo carregado de sentidos, projetos, frustrações, o que existe de temporal e como o temporal se associa ao espaço, ao território. É importante lembrar aqui que uma das características da aprendizagem humana está relacionada à memória que se viabiliza por meio dos signos e símbolos. (VYGOTSKY, 1998)

A visão dos moradores nas regiões urbanas do município é de que, ao longo do tempo, a vida urbana foi perdendo qualidade com a vinda de pessoas de outras cidades para nela habitarem, pessoas que compõem hoje grande parte da população dos bairros clandestinos, com elas vieram as drogas, a prostituição e a violência. Na memória desse grupo há uma Joanópolis antiga, na qual a vida na cidade era mais pacata e tranqüila, todos se conheciam e não havia drogas, nem violência. Do ponto de vista da estabilidade social foi ocorrendo uma desestabilização. Na memória das pessoas, viver em Joanópolis antigamente era melhor, o que mostra uma característica de sociedade fechada bem próxima da cultura “caipira” (CÂNDIDO, 2001).

Grandes porções de terra também foram se deteriorando ao longo do tempo pela sua utilização para plantação de eucaliptos por grande empresa de celulose e papel, sendo o eucalipto uma vegetação que vai empobrecendo o solo e tornando-o totalmente impróprio. O solo também vem sendo destruído, ao longo do tempo, pela cultura de legumes, objetivando a produção de

sementes – as chamadas sementeiras - também sob o comando de grande empresa, que utiliza muito agrotóxico de efeito cancerígeno e que torna as terras contaminadas e gera ameaça de vida para aqueles que trabalham nessas sementeiras.

Até há uns 15 ou 20 anos atrás a região rural possuía uma infra-estrutura que foi destruída, na memória de alguns moradores. Nela havia doze escolas rurais que foram reduzidas a quatro e se fazia acompanhamento odontológico mensal com unidade móvel equipada com equipamentos para o dentista realizar consultas e tratamentos dentários e que foi desativada. Além de aspectos de infra-estrutura como os citados, boa parte da população rural migrou para a cidade, por não se sentir apta a sobreviver da exploração da terra, gerando grande número de desempregados, vivendo do auxílio da Prefeitura e que possuíam uma vida muito mais digna quando eram moradores das comunidades rurais. Nessas comunidades poderia ter sido realizada uma reforma agrária, dando condições para que seus moradores nelas continuassem a viver e sobreviver. Como afirmou Antonio Cândido concluindo seu estudo sobre a vida do caipira paulista: “Sem planejamento racional, a urbanização do campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido” (CÂNDIDO, 2001, p.281)

O município de Joanópolis de muitos anos atrás, na memória dos entrevistados, foi, ao longo do tempo, crescendo sem planejamento e perdendo uma estética urbana, de ruas e praças simétricas, se povoando ao longo da estrada principal e nos loteamentos clandestinos, sem nenhuma ordem urbanística.

Quando os moradores falam sobre como era a vida política em Joanópolis há um século atrás e o que ocorre hoje, inclusive com a implantação do PDP, chegam à conclusão de que houve um grande desenvolvimento político, pois, no início do século passado, as disputas políticas eram tratadas na base da ameaça, da violência e do extermínio do inimigo político, tanto que, na narração de dois entrevistados, Joanópolis chamava-se, nas primeiras décadas do século XX, São João do Currálinho e era conhecida como São João do Fura Tripa, justamente pela frequência das brigas violentas entre políticos de facções inimigas. Se atualmente, o município ainda é comandado por duas famílias tradicionais que se alternam no poder político municipal e, enquanto uma está exercendo seu mandato, a outra e seus correligionários não participam de nada, nem mesmo ao serem chamados como poder civil para fazer suas críticas e dar suas sugestões, antigamente, qualquer iniciativa civil ou política de uma das partes que desagradasse a outra poderia gerar até mortes. Presente na memória dos entrevistados, também se encontra a lembrança de que muitas propostas que foram feitas pela população aos seus governantes, ao longo de mandatos anteriores, não foram colocadas em prática ou o foram por um Prefeito e não continuadas pelo que o sucedeu, não havendo continuidade na realização de projetos que dependiam apenas do poder político e que, essa é a primeira vez que a população é chamada a participar da elaboração de um projeto de lei.

3.3 Os impactos do novo ou do permanente

Ao analisar-se os impactos do novo ou do permanente na vida das pessoas, busca-se entender suas idéias de valor, de moralidade, de ética, pois se pode designar o novo ou o velho como positivo/negativo. O novo está relacionado à participação da população na elaboração de uma política pública que é o Plano Diretor de Joanópolis e, juntamente com essa participação, simbolicamente, a ocupação de espaços públicos do município nos quais os moradores das comunidades urbano-rurais do município buscaram o exercício do poder social. Observa-se aqui a quase unanimidade de uma visão positiva do novo em todos os entrevistados, todos entendem que ter participado de leituras comunitárias, do Núcleo Gestor ou das Conferências da Cidade foi

muito importante para cada um, porque consideram que deram sugestões, idéias, fizeram críticas e que foram ouvidos, ou que puderam ouvir outras posições diferentes das suas, mas que foram enriquecedoras e ajudaram a ver dimensões da situação discutida que não estavam sendo consideradas por eles

Sentiram que podem exercer um poder de mudar os rumos de desenvolvimento do território no qual habitam, poder, segundo eles, ainda muito frágil, sujeito às pressões da Câmara Municipal, de grupos que não participaram na discussão, como o grupo que apóia o partido político da oposição a esse Prefeito, mas que abriu a eles uma nova perspectiva de participação nos destinos do município. Entendem que o tempo foi muito curto, tudo foi muito rápido. Gostariam de ter tido mais tempo para trazerem outras pessoas para a discussão, refletirem e entenderem melhor o desenvolvimento do processo de elaboração do PDP. É importante, nesse momento, retomar os conceitos de Vygostsky (1998) e Freire (2005) sobre a interação e o diálogo entre as pessoas como recurso fundamental para construção de conceitos e desenvolvimento intelectual, social, político e humano. Gostariam que tivesse havido mais divulgação na periferia, na zona rural, que a divulgação tivesse sido feita com mais antecedência, talvez assim, acreditam, o número de pessoas participantes seria maior. .

Todos os entrevistados que são integrantes de comunidades urbano-rurais pobres, já possuíam experiências de participação em espaços públicos, seja como presidentes de associação, seja como participantes e enxergam, nesse processo de construção do Plano Diretor, percebem a oportunidade de participarem, como poder social, numa dimensão maior do que aquela na qual já participam e sentem que é positivo poder atuar nos destinos da cidade como um todo, mesmo sem ser político. Retoma-se aqui o conceito do mito criador de Chauí (), segundo o qual o indivíduo sente que não tem poder para mudar o curso dos acontecimentos e conclui-se que um processo como o de construção do PDP possibilita à pessoas mudar essa auto-percepção de impotência.

3.4 Os impasses entre a necessidade e o desejo

Nessa categoria busca-se trabalhar o que os entrevistados vêem como necessidade e desejo para a vida pessoal e comunitária, público e privado. Duas análises são possíveis aqui, uma relacionada aos diferentes desejos que surgiram durante o processo de elaboração do plano diretor e outra que aborda a questão da relação histórica entre poder político local e poder social em Joanópolis.

Há que se diferenciar o desejo coletivo e o desejo privado, subjetivo, individual. O primeiro empodera um grupo, esse é o desejo ao qual se refere Arendt (2000), quando descreve a polis e o poder que surge como fruto do agir em comum, presente no espaço público, enquanto as pessoas estiverem juntas e agindo por um objetivo comum. O outro desejo é o privado, individual, subjetivo que equivocadamente leva ao espaço público o que pertence apenas a um indivíduo. Entretanto o primeiro desejo é fruto de uma vontade individual e portanto subjetiva, mas não ingênua (SAWAIA,2001).

A história política do município repleta de brigas e mortes funcionou como uma eterna ameaça para impedir manifestações, críticas e cobranças, fortaleceu o isolamento. Assim nas reuniões para elaboração do Plano Diretor e nas entrevistas foram expressos desejos relacionados à vida privada, como por exemplo ter um artigo na lei do plano diretor, segundo a qual, todas as construções residenciais nas montanhas da cidade, a partir de agora, deverão seguir um modelo arquitetônico europeu dos Alpes, porque a geografia da cidade lembra a das cidades montanhosas européias, isso é bom para o turismo e essa pessoa trabalha com imobiliárias e construção civil, logo se a lei fosse aprovada, a pessoa poderia ganhar muito dinheiro construindo casas em estilo europeu, o que, segundo a pessoa, também seria positivo para o crescimento de Joanópolis.

Outro exemplo, o da mulher que acusou o Prefeito de ser o culpado pelo estupro de sua filha adolescente na porta da escola porque segundo ela se houvesse um policiamento mais eficiente esse episódio não teria ocorrido, e acredita que participar na elaboração do Plano Diretor significa denunciar o Prefeito publicamente e assim vingar-se pela tragédia pessoal que se abateu sobre sua filha e sobre ela também.

Pelo número reduzido de pessoas que participaram nas atividades de construção do Plano Diretor, acredita-se que a maior parte da população prefira encontrar-se com o Prefeito, vereadores e pessoal administrativo da Prefeitura individualmente para as “trocas de favores”, porque essa negociação na mentalidade delas deve ser confidencial e discreta, as outras pessoas não precisam saber o que estão discutindo e combinando.

Por outro lado, a maior parte das pessoas que participou do Núcleo Gestor ou em leituras comunitárias são aquelas que ou presidem associações de bairro ou associações de classe e, portanto possuem uma consciência do que é público e do que é privado, já participam em espaços públicos em busca de benefícios para uma coletividade. Essas associações são todas recentes, nenhuma tem mais do que quatro ou cinco anos de vida, mostrando um processo de entendimento e busca do bem comum, seja ele fruto do desejo ou da necessidade, ainda novo, em formação. Elas trouxeram para a discussão desejos e necessidades de seus bairros, dos grupos que representavam e tinham uma clareza com relação à sua posição, entretanto ainda não sabiam negociar esses diferentes interesses, de diferentes grupos, no espaço público da elaboração do Plano Diretor. Mas todos expressaram sua crença de que esse foi um primeiro exercício de negociação entre os vários grupos e que outros exercícios como esse deverão ocorrer no futuro.

CONCLUSÕES

Uma das indagações que o presente trabalho fez relaciona-se às razões da assimetria de poder na governança das pequenas cidades brasileiras e, com base na análise do caso de Joanópolis, é possível concluir que uma das razões reside no fato da maior parte da população não só de pequenos municípios, mas de grande parte das cidades brasileiras ser ignorante com relação ao poder de sua participação coletiva para transformar a realidade do território onde habita. De uma forma geral, as pessoas não sabem que podem exercer um poder nos rumos das decisões políticas sobre sua cidade, não apenas por meio do voto, mas também e, principalmente, através da participação em espaços públicos para discutir, propor, criar projetos que tornem sua cidade melhor para se viver.. Tal postura tem suas raízes na história e na cultura brasileira, construída durante três séculos, tendo como base a escravidão que só pode gerar valores relacionados à submissão, ao medo da autoridade, ao medo da repressão, à docilidade nas relações e outros valores característicos de uma sociedade escravocrata. Entretanto, mesmo carregando o peso de uma cultura nacional que dificulta a participação cidadã, por volta de duzentos municípios participaram no processo e esse dado remete a outra questão apresentada no início do artigo que diz respeito à natureza de um processo de desenvolvimento ou aprendizagem individual que propicie às pessoas condições de exercício de seus direitos como moradoras da cidade e cidadãs; uma consciência de seu poder enquanto parte da sociedade civil local. Nesse sentido, os moradores do município de Joanópolis que participaram na construção do PDP adquiriram conhecimentos ou conceitos sobre como participar em espaços públicos com suas dificuldades e benefícios.

O processo de aprendizagem individual sustentou-se sobre a oportunidade de vivenciar um nova situação, a de participar enquanto poder civil, no espaço simbólico da construção do plano diretor, da construção do futuro da cidade que gerou um sentimento de empoderamento;

fortaleceu-se também por meio do diálogo entre pessoas de diferentes grupos sociais que puderam expor suas idéias e ouvir pontos de vista diferentes dos seus, percebendo que é possível se posicionar e buscar convencer os interlocutores da legitimidade de suas demandas e necessidades.

Retoma-se aqui a questão da viabilidade da construção de um PDP num município que sempre foi governando num sistema autoritário, paternalista, para não dizer coronelista, no qual a maior parte da população tem como valor cultural buscar o poder local como alguém ou um grupo capaz de resolver seus problemas particulares de moradia, educação, saúde, empregabilidade, etc., numa relação clientelista. A população se acostumou a ser beneficiada com pequenos favores e retribuir com o voto - tornou-se dependente do poder político e a aceitar níveis mínimos de sobrevivência e a consciência de um poder civil que ela possui ficou entevada, escondida, desnecessária. Sua origem caipira, com as características do caipira de ser arredo, desconfiado, isolado dificultou ao longo do tempo a participação no espaço público com outros moradores. (CÂNDIDO, 2001).

A análise das variáveis relacionadas à participação individual no processo de construção de políticas públicas de forma a compreender o processo de aprendizagem individual e coletiva leva à conclusão que o processo de aprendizagem individual caracterizou-se por um momento inicial de contatos, confrontos, estabelecimento de parcerias entre moradores que auxiliou na geração de uma idéia mais clara, embora, imatura do que seja participar em espaços públicos e depois, por uma reflexão sobre aspectos que foram importantes para cada um e que foram expressos durante as entrevistas.

A compreensão dos princípios e conceitos de uma metodologia socioeducativa que acelere o processo de amadurecimento da população como um todo e dos indivíduos que a compõem, de forma que esta ocupe plenamente os espaços públicos aponta para o fato de que o processo de educação social reside na implementação e manutenção de um ritmo desse movimento de descoberta, crítica e busca de caminhos. Descoberta de uma identidade enquanto parte da governança da cidade, percepção da força do poder do qual é parte, o poder social. Crítica de como a realidade vem ocorrendo até esse momento, inclusive avaliando a participação do poder social. Finalmente, a busca de novas formas de se posicionar enquanto poder social, exigindo seu lugar na governança e na elaboração de políticas públicas para sua cidade. É um processo de aprendizagem, ou seja, de mudar visões do mundo e da sua forma de estar no mundo, mudar comportamentos, adquirir novos conhecimentos e não é um processo rápido que ocorre ao longo de algumas poucas horas de diálogo. É lento, difícil, principalmente pelos aspectos culturais relacionados à visão que os atores sociais possuem da relação que devem estabelecer com o poder político local de dependência e troca de favores.

O processo sócio-educativo respalda a participação no espaço público para construção de políticas públicas. Mas não se pode perder de vista que é um processo longo, de mudança de valores, de cultura. Embora a própria participação na elaboração de uma política pública gere uma aprendizagem, ou seja, o indivíduo sai do processo mudado, com um a visão diferente de sua participação nos espaços públicos da cidade, um processo de aprendizagem estruturado, que antecede a participação na elaboração de políticas públicas é muito mais eficaz do que aquele que surge ou é desenvolvido durante o momento de construção da política pública. Esse processo antecipado deve criar uma consciência dos direitos coletivos das comunidades e de sua capacidade de mobilizar-se e lutar por esses direitos que permite à população, no momento da construção da política pública, mobilizar-se e participar ativamente.⁸

É necessário um tempo de conhecimento entre quem facilita o processo de aprendizagem e o educando, cujo resultado é o estabelecimento da confiança na relação e uma clareza no que

diz respeito a temas geradores. É um tempo que se dá antes da construção do PDP, de forma que, no caso de Joanópolis quando ocorreram os diálogos em grupo sobre a cidade - as leituras comunitárias, as pessoas já estariam mais prontas para expressarem seus pontos de vista, críticas e propostas de mudança.

BIBLIOGRAFIA

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz, 4 ed – São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Lei n. 10.257** – 3 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

CALAME, Pierre. **Repensar a gestão de nossas sociedades: dez princípios para a governança, do local ao global**. São Paulo: Instituto Polis, 2004.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 9 ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CHAUÍ, Marilena, **Raízes teológicas do populismo no Brasil**, in Os anos 90: política e sociedade no Brasil/org. Evelina Dagnino – São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____, **Cidadania Cultural – o direito à cidadania**. 1 ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DANIEL, Celso. **Poder local no Brasil urbano**. *Revista Espaço e Debates*. ano X, n.24, São Paulo, 1988.

FISCHER, Tania (organizadora). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos históricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 41 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

KLINKSBERG, Bernardo. **Capital Social Y Cultura – Claves Olvidadas Del Desarrollo. Banco Interamericano de Desarrollo**. Instituto Interamericano para El Desarrollo Social (INDES), 2002.

PUTNAM, Robert D., **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SOUZA, Celina. **Governo Municipal na América Latina**. Porto Alegre: Sulina/Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

SANTOS, Milton, **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

SAWAIA, Bader, **Participação Social e subjetividade**. In: **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**/Aldazida Sposati, Bader Sawaia, Dalmo Dallari, Ilse Warren... et alii/ coord. Marcos Sorrentino – São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002.

VYGOTISKY, L.S. **Formação Social da Mente**, 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____, **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

NOTAS

- ¹ “Os temas geradores podem ser localizados em círculos concêntricos, que partem do mais geral ao mais particular. Temas de caráter universal, contidos na unidade epocal mais ampla, que abarca toda uma gama de unidades e subunidades, continentais, regionais, nacionais etc., diversificadas entre si.” (FREIRE, 2005, p.109)
- ² “Porque, ao contrário do animal, os homens podem tridimensionar o tempo (passado-presente-futuro) que, contudo, não são departamento estanques, sua história, em função de suas mesmas criações, vai se desenvolvendo em permanente devenir, em que se concretizam suas unidades epocais. Estas, como ontem, o hoje e o amanhã, não são como se fossem pedaços estanques de tempo que ficassem petrificados e nos quais os homens estivessem enclausurados. Se assim fosse, desapareceria uma condição fundamental da história: sua continuidade.” (FREIRE, 2005, p. 107)
- ³ “A existência porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo pronunciar.” (FREIRE, 2005, p. 90)
- ⁴ “A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio. Um resultado obtido através do próprio processo de viver, incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento.” (SANTOS, 1998).
- ⁵ “La cultura ES, asimismo, um factor decisivo de cohesión social. Em Ella, lãs personas pueden reconocerse mutuamente, cultivarse, crecer em conjunto Y desarrollar La autoestima colectiva. ...Preservar los valores culturales tiene gran importancia para El desarrollo, por cuanto sirven como una fuerza cohesiva em uma época em que muchas otras se están debilitando. “(KLIKSBERG, 2002, pg. 15)
- ⁶ “O presente Edital tem como objetivo convocar grupos de extensão universitária para desenvolver atividades de suporte conceitual e metodológico aos municípios de forma a orientar e fortalecer a participação popular no planejamento e gestão territorial e urbana com o apoio à concepção, elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de Planos Diretores, de forma articulada com as Prefeituras Municipais, organizações do terceiro setor e outros segmentos. Os projetos deverão contemplar, em conjunto ou parcialmente, atividades de concepção, elaboração, capacitação, execução, acompanhamento, avaliação e revisão de Planos Diretores Participativos, conforme os princípios e diretrizes estabelecidos pelo presente edital, visando o planejamento e a gestão participativa territorial e urbana, contribuindo para a promoção do desenvolvimento urbano socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável dos municípios brasileiros de acordo com o Estatuto das Cidades.” (Edital MCT/Mcidades/CNPq, 2005)
- ⁷ “Experimentar variadas formas de comunicação com a população: além da linguagem escrita, a comunicação verbal, artística, o oferecimento de cursos de esclarecimento sobre o município, a prefeitura, os serviços públicos – basta refletir sobre a importância destas informações para a participação real na elaboração do orçamento ou Plano Diretor.” (DANIEL, 1990, pg. 21).
- ⁸ “Onde um século atrás os italianos estavam mais fortemente engajados em novas formas de solidariedade social e mobilização cívica, precisamente aí os italianos de hoje demonstram maior civismo em sua vida política e social. E justamente nessas regiões a vida pública era tipicamente cívica há quase um milênio, sendo a vida comunitária igualmente efervecente, com suas guildas, *consorterie*, associações locais e outras formas de participação cívica.” (PUTNAM, 2000).